

A Educação na República da Guiné-Bissau

O PASSADO AS TRANSFORMAÇÕES NO PRESENTE AS PERSPECTIVAS DO FUTURO

por

Francisco de Macedo

Este trabalho, embora elaborado e escrito por Francisco Rodrigues de Macedo, do Commissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura, que há 26 anos vem trabalhando na Guiné, no sector da Educação, é o resultado de numerosos debates dirigidos pelo camarada Mário Cabral, Comissário de Estado da Educação Nacional e Cultura, e nos quais participaram os Responsáveis principais da Educação.

Prestou a sua colaboração especial a professora Maria Manuela Pereira da Rocha, do Gabinete de Planificação e Estatística do Commissariado da Educação, na obtenção dos dados estatísticos e no desenho dos gráficos.

Não devemos esquecer que a Educação no país está numa fase de profundas transformações, que dizem respeito às estruturas, aos métodos didáctico-pedagógicos, aos conteúdos dos programas, à elaboração de compêndios e de livros escolares. Portanto, é um trabalho totalmente novo, que não pára e que nunca atinge o definitivo. Todo o trabalho na Educação, para ser bem feito e alcançar os objectivos que o Estado pretende, tem que assentar na realidade política, sócio-económica e cultural do país e desta base partir e avançar, lentamente embora, mas com firmeza.

1. A CULTURA E A EDUCAÇÃO NA ÁFRICA PRÉ-COLONIAL

1.1 Na África em geral

As sociedades africanas, na sua maioria, antes da chegada dos colonizadores europeus, viviam sem instituições escolares. A educação era permanente e múltipla. No grupo familiar ou na vida da comunidade, cada um se ia educando e instruindo, desenvolvendo as suas capacidades e aptidões. Participando na vida activa da comunidade, integrando-se nos trabalhos do campo, ouvindo pela boca dos mais velhos as tradições dos antepassados, as crianças adquiriam os conhecimentos necessários para a sua integração na sociedade. Ao tomarem parte nos trabalhos do campo, aprendiam as técnicas da produção, assimilando as normas e os valores indispensáveis à vida em comum.

As palavras do Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, escritas em 1967, exprimem claramente essa realidade:

«Na África pré-colonial não havia escolas. Aprendia-se vivendo e fazendo. Em casa e no campo, as crianças aprendiam as qualificações necessárias à sua integração na sociedade e adquiriam também determinadas normas de comportamento social. A educação era por assim dizer «informal»; todo o adulto era, em maior ou menor medida, um professor. Mas esta ausência de formalismo não significava ausência de educação. Bem ao contrário, esta educação «espontânea» e quotidiana era directamente relevante em relação à sociedade na qual a criança crescia e se formava».

1.2 Na Guiné em especial

Este processo de aquisição de conhecimentos e estas maneiras de ser, comuns a muitos povos, mantinham-se também na República da Guiné-Bissau, quando da chegada dos europeus no século XV.

Na Guiné-Bissau não havia escolas nem mestres no sentido clássico das palavras. Mas cada pessoa adulta, pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, era um professor. A educação não era um campo especializado da actividade humana. Estava inserida na vida, na actividade de cada um. Em cada grupo ou etnia havia uma maneira peculiar de construir as casas, de cultivar os campos ou as bolanhas. As populações das Ilhas dos Bijagós ou da costa marítima sabiam as técnicas de construir canoas, conheciam a força e os movimentos das marés,

as correntes dos rios e a melhor maneira de remarem as suas canoas e de se deslocarem.

É célebre uma cena passada com Amílcar Cabral no sul do país, durante a luta. O Fundador da Nacionalidade, ao ver um menino de 11 anos a remar uma canoa e ao observar a maneira como se aproximou da margem do rio e o modo como parou e encostou a canoa, como colocou os remos, como saltou da canoa e se libertou do lodo, escolhendo o lugar mais seco, disse:

«Sim! Se o ambiente constitui a cultura de um homem, o nosso povo é um povo bastante culto».

Foi esta cultura a grande força na luta de libertação. O mesmo Cabral dizia:

«A nossa luta é baseada na nossa cultura, porque a cultura é fruto da história e ela é uma força».

Os depoimentos de Cabral e de Nyerere sobre a realidade e o valor da cultura africana levam-nos a considerar a importância da educação tradicional africana como uma experiência de educação não-formal e também a pensar que um estudo analítico e crítico das tradições do povo da Guiné-Bissau pode enriquecer os métodos pedagógicos e os sistemas educativos actuais, reconhecendo valores e experiências que foram indevidamente postos de lado durante a dominação colonial.

2. A EDUCAÇÃO EM ÁFRICA NA ERA COLONIAL

2.1 Na África em geral

Com a vinda e fixação em África dos colonizadores europeus, uma força estranha veio destruir os princípios daquela educação espontânea e quebrar a aprendizagem natural do trabalho ligado à vida. Os colonialistas precisavam de gente para fazer agentes do colonialismo, que servissem de intermediários entre os brancos e os «indígenas». Impunha-se, portanto, formar esses agentes e educá-los para poderem melhor *assimilar-se*. A essa minoria, os colonizadores ofereceram não uma vida nova, mas sim *uma vida ao lado*, uma caricatura da vida. Foi assim que apareceu em África uma instituição ao lado da vida, caricatura dum modelo exterior: *a escola do colonizador*. Uma escola

que não tinha outro fim senão ensinar aos africanos a melhor maneira de serem úteis aos colonizadores. Não mais se ensina a cultura, a geografia e a história de África, mas sim a cultura, a geografia e a história dos povos da Europa. A finalidade do ensino era essencialmente *desafricanizar*.

Julius Nyerere observou isso bem ao escrever:

«A educação imposta pelo sistema colonial obedecia a dois objectivos diversos: de um lado inculcar os valores da sociedade colonial; de outro lado, treinar os indivíduos para melhor servir ao estado colonial.

Neste contexto, não só era estipulada a desigualdade entre os indivíduos, como também os próprios valores e o saber da sociedade tradicional africana eram desprezados e substituídos por valores de uma sociedade estrangeira.

A educação era assim parte integrante do projecto de dominação colonial».

2.2 Na Guiné em especial

O sistema educativo colonial não só era totalmente inadaptado às realidades do país, como o contrariava e destruía, não respondendo às necessidades de desenvolvimento sócio-económico do país, pois estava absolutamente divorciado da comunidade.

Além desta não-inserção da escola na sociedade, a escola colonial era altamente selectiva, não dando acesso à formação científica, técnica e social da maioria da população. Isso teve como resultados o subdesenvolvimento, a ignorância e o analfabetismo das grandes massas da população.

São de Amílcar Cabral as seguintes palavras, proferidas em Novembro de 1965:

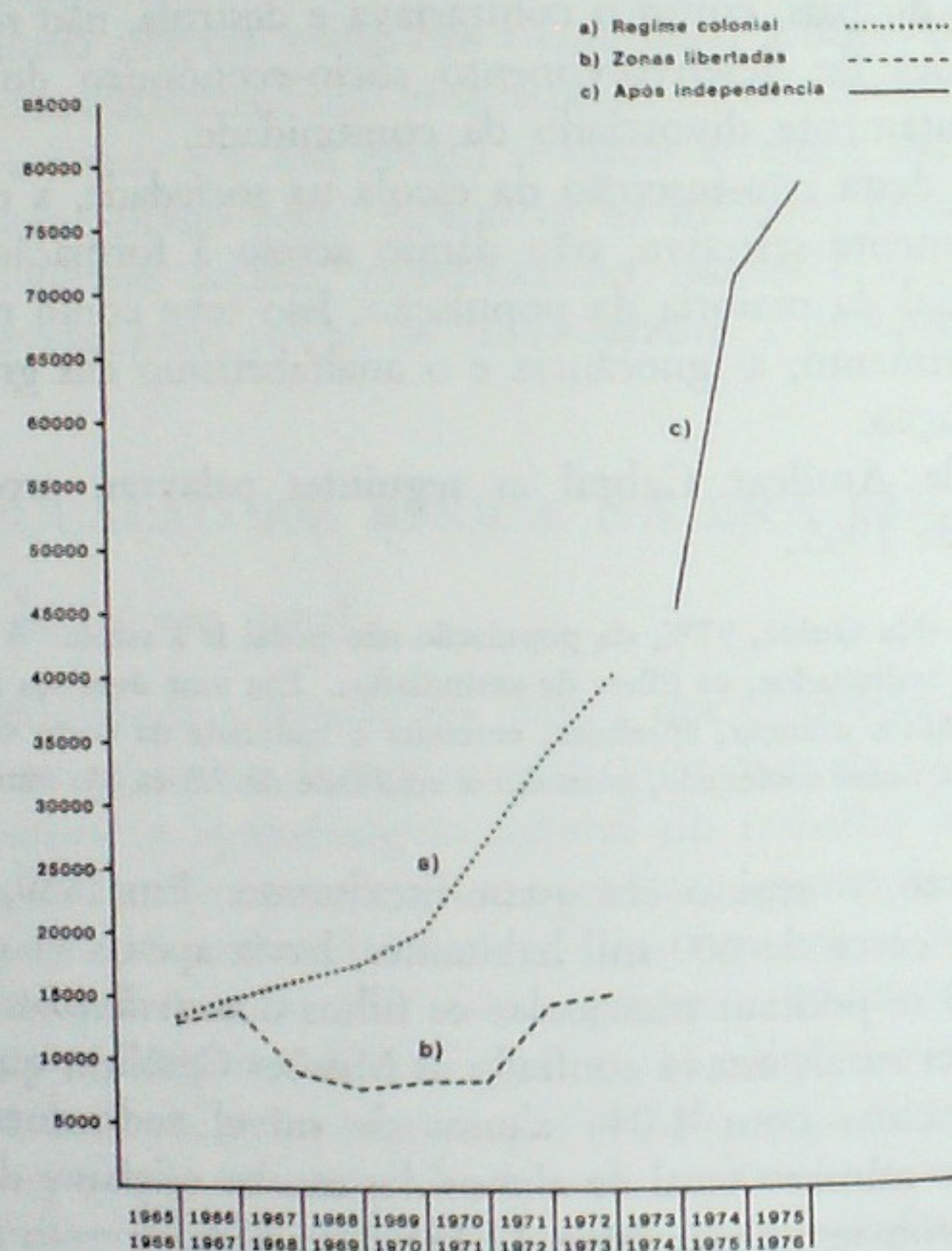
«Na Guiné, 97% da população não podia ir à escola. A escola era só para os assimilados, os filhos de assimilados. Era uma desgraça não deixar os nossos filhos avançar, aprender, entender a realidade da nossa vida, da nossa terra, da nossa sociedade, entender a realidade da África, do mundo de hoje».

De facto, o ensino era quase inexistente. Em 1950, para uma população de cerca de 600 mil habitantes, havia apenas 11 escolas oficiais, onde só se podiam matricular os filhos dos *civilizados*. O ensino das populações rurais estava confiado às Missões Católicas que em 1950 tinham 45 escolas com 1 044 alunos de «nível rudimentar». Onze anos depois, o número total de alunos das escolas oficiais e das Missões Católicas elevou-se apenas para 12 453.

2.3 (1) O Ensino primário — Guiado pelo princípio de que só os filhos dos «civilizados» tinham direito à instrução, o regime colonial negava simplesmente o acesso à educação a quase toda a população.

Primeiro estabeleceu uma distinção entre *ensino oficial* e *ensino rudimentar*, *escolas oficiais* e *escolas rudimentares*. As escolas de ensino oficial tinham professores diplomados e estavam sob a administração e inspecção directas dos Serviços de Educação; as escolas de ensino rudimentar, sob a orientação e administração das Missões Católicas, tinham como professores, em geral, indivíduos apenas com a 4.ª classe, dos quais, no entanto, muitos se valorizaram profissionalmente, devido à presença e assiduidade dos missionários. Mais tarde, o regime colonial adoptou a distinção de *ensino oficial*, *ensino oficializado* e *ensino particular*. No ensino oficializado estavam incluídas as escolas das Missões Católicas.

GRÁFICO DO MOVIMENTO ESCOLAR
NO ENSINO PRIMÁRIO DESDE 1965/66



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
COMISSARIADO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E CULTURA
(GABINETE DE PLANIFICAÇÃO E ESTATÍSTICA)

MAPA GERAL DO MOVIMENTO ESCOLAR PRIMÁRIO NO PERÍODO DE 20 ANOS
- ZONAS CONTROLADAS PELO REGIME COLONIAL -

Anos lectivos	Estabelecimentos de Ensino				Agentes docentes				Alunos matriculados			
	Oficial	Mis. Cat.	P. E. Mil.	Total	Oficial	Mis. Cat.	P. E. Mil.	Total	Oficial	Mis. Cat.	P. E. Mil.	Total
1954/55	11	120	-	131	30	138	-	168	732	7181	-	7913
1955/56	11	129	-	140	27	139	-	166	825	9353	-	10178
1956/57	11	139	-	148	27	145	-	172	760	10307	-	11067
1957/58	12	152	-	164	39	157	-	196	876	10499	-	11375
1958/59	13	194	-	207	39	196	-	235	1061	12473	-	13534
1959/60	13	201	-	214	39	197	-	236	1172	11848	-	13020
1960/61	13	207	-	220	39	270	-	309	1280	11976	-	13256
1961/62	13	143	-	156	39	164	-	203	1345	11108	-	12453
1962/63	13	119	-	132	39	148	-	187	1827	8728	-	10555
1963/64	13	109	-	121	39	145	-	184	1953	9561	-	11514
1964/65	57	96	-	153	90	142	-	232	2058	9355	-	11393
1965/66	77	85	-	162	107	149	-	256	3644	9900	-	13544
1966/67	88	82	-	170	107	150	-	257	4385	10912	-	15297
1967/68	88	82	-	170	106	162	-	268	4874	11649	-	16523
1968/69	88	85	-	173	113	162	-	275	5988	11981	-	17969
1969/70	91	84	66	241	201	179	82	462	7505	10494	2759	20759
1970/71	96	81	92	269	328	175	116	630	10464	10266	6706	27436
1971/72	158	79	119	356	423	177	150	750	17786	9384	7667	34837
1972/73	171	79	128	378	572	217	185	974	21793	9677	8566	40036
1973/74	179	79	160	418	738	271	240	1249	25249	10457	10255	45961

OBS: - Os dados aqui referidos foram recolhidos dos mapas existentes. Não inclui os dos cursos nocturnos.

(2) *O Ciclo Preparatório* — O Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Cipes) principiou em Bissau no ano escolar de 1968/69 e foi uma aplicação exacta da alteração que se havia dado em Portugal, que nesse mesmo ano criara o Ciclo para prolongar a escolaridade obrigatória de 4 para 6 anos, substituindo o 1.º e o 2.º anos do Curso Geral dos Liceus.

Em 1970/71 principiou também em Cantchungo como escola particular, com o nome de *Externato de Cacheu*, sob a direcção de militares da tropa colonial. Em 1973, em Bissau, foi acrescido de uma secção no Bairro da Ajuda.

O Ciclo Preparatório principiou a funcionar em Bissau nas instalações do Liceu, no período da tarde. No ano escolar 1969/70 passou a estar instalado em pavilhões pré-fabricados.

(3) *O Liceu* — O ensino secundário na Guiné-Bissau só foi tornado oficial em Março de 1958, quando o Governo colonial elevou à categoria de Liceu o então chamado *Instituto Liceal Honório Barreto* que, por sua vez, antes se chamava *Colégio-Liceu de Bissau*, fundado em 1949.

Como o sistema educativo colonial era essencialmente selectivo, poucos eram os alunos que iam para o Liceu. Em 1966 frequentavam o Liceu apenas cerca de 400 alunos e destes 60% eram europeus. Em 1961, somente 14 guineenses (dos quais 11 estavam vivos) tinham obtido um diploma de estudos superiores.

(4) *A Escola Técnica* — A Escola Técnica de Bissau foi fundada em 1960. Com um ensino de disciplinas teóricas muito semelhante ao do Liceu, tinha a duração de 5 anos e depois de 3, após a introdução do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário. Funcionou sempre em instalações junto do Liceu.

Aos programas do Liceu foram ajustadas algumas disciplinas técnicas essencialmente teóricas, sem obter resultados satisfatórios. Nela existiam as seguintes secções:

- a) Curso Geral de Comércio
- b) Curso Geral de Electricidade
- c) Curso Geral de Mecânica
- d) Curso Geral de Agricultura
- e) Curso Geral de Formação Feminina

A maior parte dos alunos que terminavam a Escola Técnica matriculavam-se no Curso Complementar dos Liceus.

Na Escola Técnica, durante a época colonial, criaram-se vários cursos que não foram para além de um ano de existência, o que demonstra bem o carácter teórico de formação desses cursos e a falta de análise das necessidades concretas do país. As escolas e as especialidades eram então criadas para fins propagandísticos e não mais para impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do país.

Pelo mapa estatístico que adiante se apresenta, podemos avaliar o movimento escolar dos estabelecimentos de ensino secundário do país, nos últimos dez anos, antes da independência.

MAPA GERAL DO MOVIMENTO ESCOLAR NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SECUNDÁRIO, DESDE 1962-63

Ano escolar	Estabelecimentos de ensino			Agentes docentes			Alunos matriculados		
	Cipes	Liceu	E. T.	Cipes	Liceu	E. T.	Cipes	Liceu	E. T.
1962/63	-	1	1	-	19	32	-	290	320
1963/64	-	1	1	-	22	27	-	365	367
1964/65	-	1	1	-	19	34	-	391	500
1965/66	-	1	1	-	18	33	-	419	612
1966/67	-	1	1	-	23	36	-	431	663
1967/68	-	1	1	-	19	33	-	495	749
1968/69	1	1	1	35	37	29	610	366	579
1969/70	1	1	1	50	23	35	1 247	288	430
1970/71	2	1	1	53	24	40	1 637	367	525
1971/72	2	1	1	97	27	40	2 318	454	574
1972/73	3	1	1		39		3 047	514	
1973/74	3	1	1		55		3 399	1 238	

3. A EDUCAÇÃO NAS ZONAS LIBERTADAS DURANTE O TEMPO DA LUTA

3.1 Depois do célebre Congresso de Cassacá, em Fevereiro de 1964, o Partido institucionalizou o que vinha fazendo aqui e além. Criou escolas em toda a parte nas regiões libertadas e colocou em lugar de destaque a educação e entre os aspectos prioritários o combate ao colonialismo e à ignorância. Como material escolar utilizava tudo o que era possível (por exemplo, cartões de embalagens) e como professor todo aquele que sabia alguma coisa, respondendo à palavra de ordem de que «quem sabe deve ensinar aquele que não sabe».

No Programa Maior do PAIGC, elaborado em 1963, no plano da instrução e da cultura, lê-se:

«1 — ... Reforma do ensino, desenvolvimento do ensino secundário e técnico, criação do ensino universitário e de institutos científicos e técnicos.

2 — Liquidação rápida do analfabetismo. Instrução primária obrigatória e gratuita. Formação e aperfeiçoamento urgente de quadros técnicos e profissionais.

3 — Liquidação total dos complexos criados pelo colonialismo, das consequências da cultura e exploração colonialistas.

4 — Na Guiné, desenvolvimento das línguas nativas e do dialecto crioulo, com criação da escrita para essas línguas. ... Protecção e desenvolvimento da literatura e das artes nacionais.

5 — Aproveitamento de todos os valores e conquistas da cultura humana e universal ao serviço do progresso dos povos da Guiné e Cabo Verde. Contribuição da cultura destes povos para o progresso da humanidade em geral».

3.2 A Direcção do Partido, fundamentada nestes princípios, logo desde o início da luta, se empenhou em combater a sério o analfabetismo, a ignorância, guiada pelo princípio de Cabral de que «só um povo culto é um povo livre».

(1) O Ensino Primário — À medida que a consciência de libertação total do jugo estrangeiro se foi apoderando das massas, a vontade de aprender aumentou rapidamente e o número das crianças em idade escolar cresceu num ritmo invulgar.

Para se fazer uma ideia do aumento da escolaridade nas escolas das zonas libertadas durante o tempo da luta, se apresentam os seguintes dados estatísticos:

Ano escolar	Escolas	Professores	Alunos
1965/66	127	191	13 361
1966/67	159	220	14 386
1967/68	158	284	9 384
1968/69	134	243	8 130
1969/70	149	248	8 559
1970/71	157	251	8 574
1971/72	164	258	14 531
1972/73	156	251	15 000
1973/74			

Observação: «A diminuição de 6 256 alunos entre o ano escolar 1966/67 e 1968/69 foi devida essencialmente ao envio de candidatos para uma formação técnica média no estrangeiro e integração maciça de alunos adultos das nossas escolas nos diversos ramos de actividade do Partido: Forças Armadas, Marinha, Telecomunicações, Organização Política, Segurança, Milícia, Saúde, Ensino, Produção, etc. Esta diminuição foi devida, de certo modo, ao encerramento de 25 escolas que se tornaram improdutivas devido aos condicionalismos da guerra» (dados recolhidos dos «Mapas de Síntese Nacional»).

(2) A preparação de quadros — Nas palavras de ordem dirigidas por Amílcar Cabral aos dirigentes do Partido, em Novembro de 1965, lê-se:

«Seleccionar jovens (rapazes e raparigas) entre 14 e 20 anos, com pelo menos a frequência da 4.ª classe, para serem aproveitados na preparação de quadros. ... Dar a melhor atenção ao recrutamento de jovens para a preparação de quadros. Lembrar-se sempre que as nossas vitórias políticas ou militares não terão futuro se não dispomos de quadros nacionais para a reconstrução e desenvolvimento técnico da nossa terra».

Tendo em atenção a importância da formação de quadros, médios e superiores, a Direcção do Partido, desde o início da luta, deu grande valor ao assunto. Dessa forma, devido aos condicionalismos da guerra e à falta de quadros do ensino, o PAIGC criou a Escola Piloto, donde os jovens, que tinham terminado a 4.ª ou a 5.ª classe e tinham dado provas de inteligência e de vontade de aprender, partiam para o estrangeiro, para prosseguirem os seus estudos.

Assim, em 24 de Maio de 1973, verificava-se o seguinte:

a) *Quadros formados desde o início da luta:*

Curso superior	36 formados
Curso médio técnico	46 formados
Curso profissional e de operários especializados	241 formados
Quadros políticos e sindicais	174
	<hr/> 497

b) *Quadros em formação no estrangeiro:*

No curso superior	31 em formação
Post-universitário	5 em especialização
Médios técnicos, profissionais e operários especializados	386
	<hr/> 422

(3) *Instituto Amizade, Internatos e Semi-Internatos* — O *Instituto Amizade* foi fundado em Novembro de 1964 e inaugurado em Fevereiro de 1965. O *Instituto Amizade* foi criado como organização autónoma e com a finalidade de dar acolhimento, protecção e educação às crianças vítimas da guerra colonial. O seu objectivo fundamental é a formação de quadros, preparando homens responsáveis, conscientes dos seus deveres e capazes de construir um país de paz e progresso, de acordo com a linha de orientação traçada pela Direcção do Partido.

O *Instituto Amizade* concretiza os seus objectivos através da criação de jardins infantis, internatos e escolas agrícolas, onde se ministra o ensino maternal, pré-primário, primário e secundário.

Durante o tempo da luta existiam 3 internatos no exterior do país (2 em Conacry e 1 em Teranga — Senegal) e 4 nas zonas libertadas (2 no Leste do País e 2 no Sul). Actualmente o Instituto Amizade tem a seu cargo 10 internatos, todos no país, com cerca de 2 000 alunos de idades entre 3 a 17 anos. Dos 10 internatos, 6 estão em zonas rurais e 4 em zonas urbanas. A Escola Piloto é a escola modelo dos Internatos do Instituto Amizade e encontra-se em Bolama. É uma escola de formação não só para os alunos como também para os professores.

A Direcção-Geral do Instituto Amizade tem a sua sede em Bissau. Ela coordena e controla toda a actividade dos internatos, prestando-lhes assistência material e funcional.

Os *Semi-Internatos* foram criados no tempo da luta para reunir os alunos da 2.ª e 3.ª classes que viviam em tabancas dispersas e não podiam entrar nos internatos por falta de lugar. Havia necessidade de reunir esses alunos, devido à impossibilidade de criar uma escola em cada tabanca. Era também uma forma de reduzir os custos de escolaridade e garantir uma melhor qualidade de ensino.

Existem actualmente espalhados por todo o país 12 semi-internatos com a frequência de 750 alunos, da 1.ª à 4.ª classe.

Para os alunos dos semi-internatos e outros alunos que terminam a 4.ª classe agora ou a 6.ª classe no futuro e não podem continuar os seus estudos, o Comissariado da Educação está empenhado em criar centros de educação popular integrada, para garantir a continuidade dos estudos aos alunos que concluem a escola primária nas zonas rurais e para integrá-los no trabalho comunitário.

4. A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO (anos imediatos a seguir à independência — 1974/75 e 1975/76)

4.1 Aspecto geral

Proclamada a independência em Setembro de 1973, o novo Estado da Guiné-Bissau, cada vez com maiores responsabilidades, continuou empenhado no mesmo esforço em melhorar o ensino e prestou uma atenção particular à formação de professores.

Após a revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, que apressou a saída das tropas colonialistas da Guiné, o PAIGC assumiu total-

mente o controle do país em Setembro de 1974. Como consequência, impunha-se manter com a mesma pureza os princípios e os objectivos que sempre guiaram o Partido durante a luta.

Esse trabalho, porém, e em especial no sector da Educação, não podia ser feito abruptamente. Os obstáculos e as dificuldades eram muitas. Os problemas eram numerosos e de vária ordem e a solução para eles tinha de ser encontrada mas após muito estudo e trabalho. O trabalho mais difícil estava na politização das massas estudantis dos meios urbanos, cuja mentalidade estava profundamente viciada.

Por isso, durante este período de transição, que podemos considerar os anos escolares 1974/75 e 1975/76, as mudanças tinham de se introduzir a passo e passo. Os programas, em particular das disciplinas de ciências exactas, mantiveram-se sem grandes alterações, em especial nos estabelecimentos de ensino secundário. As modificações mais profundas foram feitas nas disciplinas de História, de Geografia e de Línguas vivas. Essas alterações fizeram-se logo de início, pondo de parte os antigos compêndios e elaborando outros programas e novos esquemas de trabalho e de estudo, em conformidade com a nova realidade do país.

No ensino primário, os compêndios que tinham sido elaborados durante o período da luta de libertação, foram imediatamente adoptados em todas as escolas. Porém, durante o ano escolar 1974/75, sendo o número desses livros reduzido, houve necessidade de manter alguns livros de leitura antigos, depois de uma criteriosa selecção de textos.

4.2 Nova relação e numeração das escolas

Em Dezembro de 1975, o Commissariado de Estado da Educação Nacional e Cultural constituiu uma Comissão para estudar e elaborar uma nova designação para todas as escolas do país. A nova relação apresentada foi tornada oficial em 20 de Janeiro de 1976.

(1) *As Escolas primárias* — Cada escola recebeu uma numeração própria, conforme a Região e o Sector a que pertence. Algumas delas foram designadas com nomes de heróis ou de datas importantes da luta de libertação nacional.

Deve-se notar que a primeira escola primária que recebeu nova denominação foi a Escola-sede das Missões Católicas em Bissau, *Escola*

Dona Berta Craveiro Lopes. A esta escola foi dado o nome de *Escola Professor António José de Sousa*, professor auxiliar das Missões, que durante mais de 30 anos trabalhou incansavelmente na educação de muitos filhos da terra. A cerimónia realizou-se no dia 8 de Março de 1975, na própria escola, com a presença do Comissario Principal do Estado, Francisco Mendes (Xico Té), do Comissário da Educação, Mário Cabral, que tinha sido aluno dessa escola, do Sr. Prefeito Apostólico, Mons. Amândio Neto, e de muitos antigos alunos.

(2) *Os Liceus* — Em Outubro de 1974, o Conselho dos Comissários de Estado deu ao Liceu de Bissau o nome de Kwame N'krumah, em homenagem a esse grande filho de África e defensor intransigente da unidade africana, ficando desde então a chamar-se LICEU NACIONAL KWAME N'KRUMAH. Foi o primeiro estabelecimento de ensino do país a receber a nova denominação, após a independência.

Actualmente existem 4 liceus na República da Guiné-Bissau:

a) 1 liceu Nacional — *LICEU NACIONAL KWAME N'KRUMAH*

b) 3 liceus regionais:

1) *Liceu HOJI YA HENDA*, em Bafatá

2) *Liceu HOCHI MINH*, em Cantchungo

3) *Liceu JOSE MARTI*, em Bolama.

(3) *A Escola Técnica* — A Escola Comercial e Industrial de Bissau, também em fins de 1974, recebeu o nome de *ESCOLA TÉCNICA VITORINO COSTA*.

Após a independência, numerosas transformações têm sido introduzidas, no sentido de adaptar a formação dos técnicos às necessidades que o país tem de se modernizar.

A falta de instalações é uma das grandes limitações ao alargamento do sistema de ensino. Tem-se procurado aproveitar todas as instalações existentes, adaptando-as às suas novas funções. Foi assim que se adaptou um antigo quartel para a Escola Técnica, à semelhança do que aconteceu em muitos outros centros educacionais.

O ensino ministrado nessa escola era essencialmente teórico, o que fazia que os alunos promovidos na Escola Técnica quisessem continuar os seus estudos no Liceu, pois não possuíam nenhuma profissão nem os conhecimentos suficientes para a produção.

Está em curso a passagem da Escola Técnica a INSTITUTO TÉCNICO PROFISSIONAL, que recrutará alunos a partir da 9.^a classe (antigo 5.^o ano), para formar os vários níveis dos quadros técnicos.

4.3 Frequência escolar nos dois anos de transição (1974/75 e 1975/76)

	Ano escolar	Escolas	Professoras	Alunos
Ensino primário	1974/75	549	2 007	71 690
	1975/76	541	2 244	79 482
Ciclo Preparatório	1974/75	4	122	4 220
	1975/76	5	171	5 229
Líceu	1974/75	2	72	2 197
	1975/76	4	123	2 576
Escola Técnica	1974/75	1	32	412
	1975/76	1	33	343
Escola Formação Professores	1974/75	Bissau	7	37
		Bolama	6	92
	1975/76	Bissau	6	9
		Bolama	5	88
		C6	3	30

4.4 Objectivos gerais

O sistema educativo na República da Guiné-Bissau tem por finalidade formar todo o povo e desenvolver ao máximo as capacidades intelectuais, físicas e espirituais das novas gerações, na concepção científica do mundo, através da formação intelectual, científico-técnica, político-ideológica, física, moral, estética, de modo que os alunos for-

mados nas escolas sejam capazes de interpretar, impulsionar e desfrutar os progressos da ciência, da técnica e da cultura e se tornem jovens dotados duma educação integral.

Pelas palavras de ordem do PAIGC de Novembro de 1965, podemos ver quais os objectivos da Educação:

— «Dar atenção especial à vida das crianças, desenvolver a sua personalidade e protegê-las contra os abusos, mesmo da parte dos pais e parentes.

— Educar-nos a nós próprios, educar os outros, a população em geral para combater o medo e a ignorância, para eliminar a pouco e pouco a submissão diante da natureza e das forças naturais que a nossa economia ainda não dominou. Lutar sem violências desnecessárias contra todos os aspectos negativos, prejudiciais ao homem, que ainda fazem parte das nossas crenças e tradições.

— Convencer cada um de que ninguém pode saber sem aprender e que a pessoa mais ignorante é aquela que sabe sem ter aprendido. Aprender na vida, aprender junto do nosso povo, aprender nos livros e na experiência dos outros. Aprender sempre.

— Criar, a pouco e pouco, bibliotecas simples... emprestar aos outros os livros de que dispomos, ajudar os outros a aprender a ler um livro, o jornal e a compreender aquilo que se lê».

No n.º 1 da Revista *EDUCAÇÃO* (publicação trimestral do Comissariado de Educação), o camarada Mário Cabral, Comissário da Educação, falando dos objectivos do ensino, disse:

«A transformação do nosso ensino deve orientar-se no sentido da concretização dos seguintes objectivos:

- 1.º — Concretizar o direito de cada um à educação e ao saber, dando a todos as mesmas oportunidades através das seguintes medidas:
 - eliminar as disparidades entre a cidade e o campo e desenvolver as vocações regionais;
 - fazer participar toda a população na acção educativa sob todas as formas;
 - repartir equitativamente os recursos disponíveis para a educação.

- 2.º — Criar um sistema educativo que, favorecendo particularmente o desenvolvimento dos valores culturais nacionais, saiba transmitir igualmente os valores universais necessários ao desenvolvimento individual e colectivo, traduzindo-se pela:
 - revalorização do património nacional;
 - adaptação dos programas e dos métodos de educação às realidades e às necessidades da Nação;

— procura de uma melhor adequação entre o sistema educativo e a estratégia de desenvolvimento sócio-económico (a formação recebida deve permitir a cada um, a todos os níveis, inserir-se no circuito de produção). Por outro lado, a instauração de um sistema de formação contínua favorecerá o aperfeiçoamento nas actividades profissionais e a produção industrial.

Assim, o conteúdo do novo ensino deve necessariamente corresponder:

- a) às exigências da nossa ideologia política, para uma total descolonização das mentes;
- b) às exigências científicas e técnicas modernas, adaptadas às necessidades do nosso país e do nosso povo;
- c) à necessidade de ligação orgânica da teoria à prática, do saber ao saber-fazer, da escola à vida. ...

O objectivo da Educação, na nossa concepção, é o de conferir capacidades produtivas ao homem e de lhe fazer compreender todas as leis do desenvolvimento histórico, as condições e os meios pelos quais o indivíduo se insere na acção colectiva da sociedade, submetendo-se ao seu povo através de uma rigorosa fidelidade à moral social. O nosso aluno irá à escola para se transformar num trabalhador capaz e útil ao seu País, pois, todos os conhecimentos que não são apreciados em função da sua utilidade social ou histórica, perdem qualquer valor e tornam-se inúteis à sociedade e ao homem.

Assim, a escola da nossa terra, formará o jovem, qualificando-o para ser útil, no presente e no futuro, à nossa sociedade».

4. 5 Objectivos específicos

Na entrevista concedida à Revista *EDUCAÇÃO*, n.º 1, o Comissário da Educação, camarada Mário Cabral, disse:

«O princípio de democratização que o Partido se impôs implica dar a todos os filhos da nossa terra as mesmas oportunidades. No domínio da educação, isto traduz-se na implantação de uma educação de base — *ENSINO BÁSICO* — que tem por objectivo escolarizar todos os jovens durante um período de seis anos.

Este período de seis anos é dividido:

- a) num *primeiro ciclo* de quatro anos, em que o aluno recebe os elementos fundamentais do saber:
 - aquisição de conhecimentos de base;
 - formação da personalidade no meio natural;
- b) e num *segundo ciclo* de dois anos para:
 - perfazer a formação de base recebida no 1.º ciclo;
 - dar ao jovem a possibilidade de se abrir ao mundo exterior, quer pela intensificação da iniciação tecnológica sob a forma de educação prática;

— desenvolver o espírito de iniciativa, o sentido das responsabilidades individuais, o espírito crítico.

Esta formação básica é completada ou pela admissão numa formação profissional post-primária (de 3 anos de duração) ou pela admissão na educação secundária — *ENSINO GERAL POLIVALENTE* —, igualmente de três anos.

Essa formação profissional post-primária traduzir-se-á na implantação de escolas destinadas à formação de quadros profissionais que possam imediatamente integrar a execução das tarefas mínimas do plano de desenvolvimento:

- professores para o 1.º ciclo do ensino básico;
- auxiliares de enfermagem;
- práticos agrícolas e profissionais destinados ao Comissariado de energia, Indústria e Hidráulica e ao Comissariado das Obras Públicas, Urbanismo e Construções.

O ensino Geral Polivalente deve ter uma feição prática e de orientação de vocações individuais, visando os seguintes objectivos:

- iniciar e habituar o aluno aos princípios tecnológicos, assim como à organização do trabalho produtivo;
- dar aos que abandonam a escola em qualquer grau uma maleabilidade de espírito e conhecimentos que possam facilitar a sua integração na vida activa e os torne mais aptos a receber uma formação contínua e especializada na sua actividade profissional;
- preparar os jovens para participar no desenvolvimento económico da região e do país.

Após esta formação geral, o novo sistema nacional de ensino prevê o *ENSINO MÉDIO POLITÉCNICO* com a criação de Institutos:

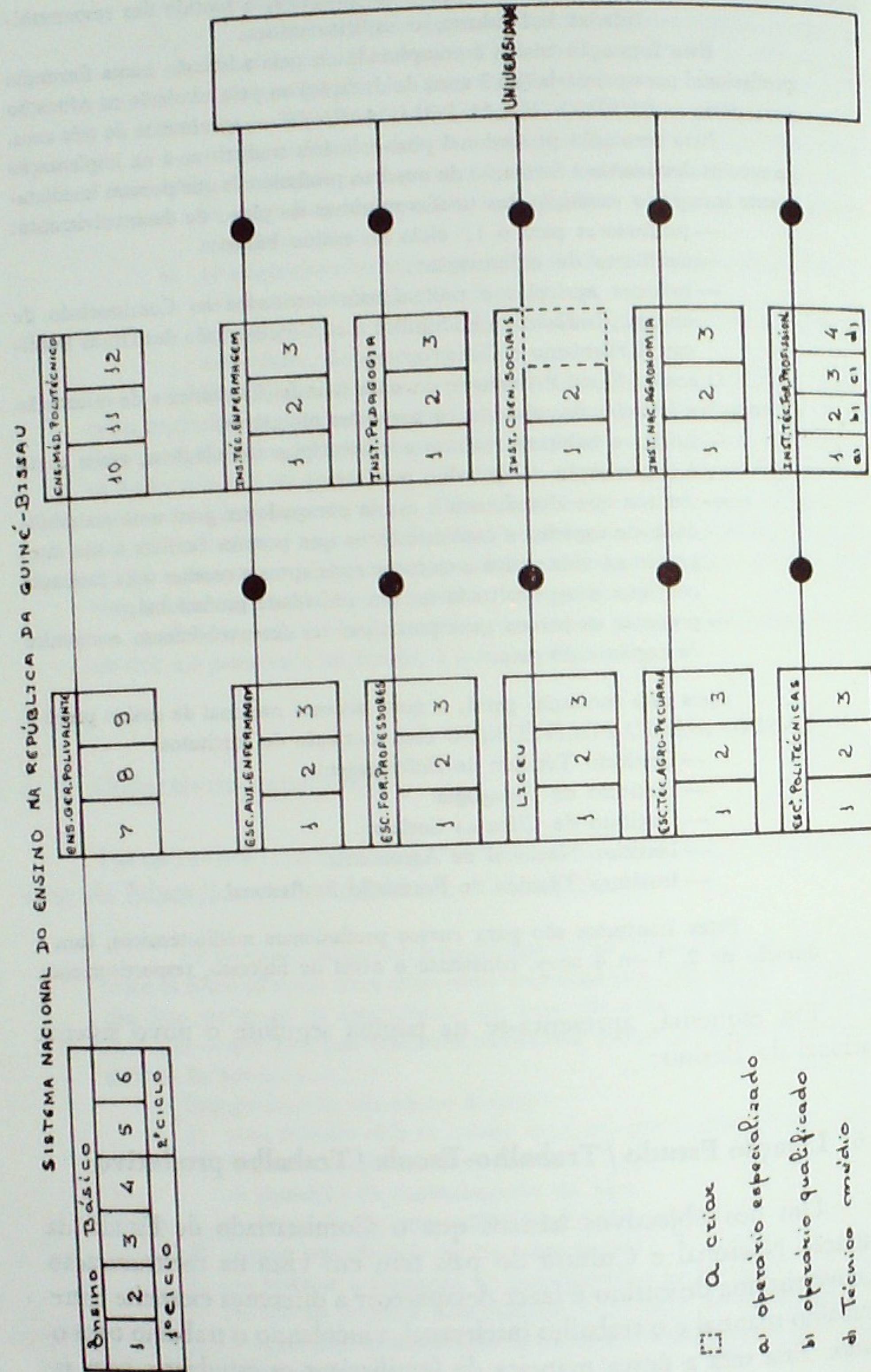
- Instituto Técnico de Enfermagem
- Instituto de Pedagogia
- Instituto de Ciências Sociais
- Instituto Nacional de Agronomia
- Instituto Técnico de Formação Profissional.

Estes Institutos são para cursos profissionais médio-técnicos, com a duração de 2, 3 ou 4 anos, consoante o nível de ingresso, respectivamente.

Em esquema, apresenta-se na página seguinte o novo sistema Nacional do Ensino:

4. 6 Ligação Estudo / Trabalho-Escola / Trabalho produtivo

Um dos objectivos básicos que o Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura do país tem em vista na reestruturação do novo sistema de ensino é fazer desaparecer a diferença existente entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, vinculando o trabalho com o estudo. Essa será a única maneira de familiarizar os estudantes com as



realidades e as dificuldades dos processos produtivos e a única forma de os jovens tomarem consciência de que a principal fonte de vida está na terra, na qual todos devem trabalhar para a produção de bens materiais.

Todos estes princípios se inserem no contexto da grande tarefa da Reconstrução Nacional e da necessidade de vincular a educação às realidades do país, de forma a criar-se aquele tipo de homem novo e de sociedade nova que se pretende implantar.

«O homem cresce com o trabalho que sai das suas mãos. Uma vez que a viver vem o homem, a educação há-de prepará-lo para viver. Na escola se há-de lutar. Divorciar o homem da terra é um atentado monstruoso», escreveu José Martí.

O Estado considera como requisito essencial de todo o ensino no país o hábito de todos os indivíduos participarem, desde determinadas idades, nas actividades produtivas. Pretende assim que todos os cidadãos compartilhem, desde a juventude, de ambas as actividades, as actividades intelectuais e as actividades manuais.

São do Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, as seguintes palavras:

«O problema do ensino é de grande importância. A escola é como uma faca de dois gumes, porque aos alunos deve ser ensinado o que devem fazer quando forem grandes. Se não se fizer assim, acontecerá como dantes, em que cada indivíduo que aprendia a ler até à 3.ª ou 4.ª classe, já não queria ser lavrador, queria vir para a cidade. Se deixarmos que isso continue a acontecer, as nossas escolas constituirão uma grande fábrica de desempregados, porque não teremos trabalho para dar a toda a gente na cidade. Portanto, temos que criar uma nova mentalidade nos indivíduos que vão às escolas.

Temos de valorizar o trabalho do camponês. Por isso temos que fazer uma revisão total no nosso programa de ensino. Temos que transformar o nosso programa de ensino num programa de acordo com o nosso desenvolvimento. Um programa de ensino que servirá a nossa terra e não um programa de ensino que irá formar indivíduos que irão desprezar o próprio trabalho do seu povo, dos seus pais. Queremos sim que cada indivíduo estude mais para elevar o nível do nosso povo, que cada indivíduo que estudar mais e aprender mais sirva a sua terra, o seu povo».

Em todas as escolas que o Comissariado de Estado da Educação projecta construir, haverá espaços destinados a granjas agrícolas. Isso faz parte de um plano de desenvolvimento económico. Desde a escola,

os alunos adquirirão hábitos de trabalho como dever natural e elementar de todo o cidadão. O trabalho produtivo além de contribuir para a união entre a comunidade escolar e a comunidade trabalhadora no campo, vai ao encontro do desenvolvimento das faculdades morais, físicas e culturais de todos os estudantes, levando estes a ter amor ao trabalho e aos trabalhadores.

Pretende-se assim tornar a Escola numa Escola viva, eliminar a contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual e fazer da escola um meio de desenvolvimento para a comunidade onde está instalada e para a própria escola uma unidade auto-gerida e auto-suficiente.

«Unir a escola à vida» é uma expressão que exprime uma tentativa concreta de renovar e aproximar a educação das realidades do país. A escola tem de participar racionalmente e activamente no desenvolvimento económico da Nação, cumprindo um objectivo pedagógico e económico.

4. 7 Educação formal e não-formal

Todo o indivíduo deve ter a possibilidade de aprender durante toda a sua vida. Esta afirmação contém a ideia-chave da educação permanente. Para os anos futuros, a ideia-mestra das políticas educativas está na educação permanente. A educação pode ser dada e adquirida por uma grande variedade de meios. O importante não é saber-se que caminho se seguiu, mas o que se aprendeu e se adquiriu.

O Estado da Guiné-Bissau não quer um ensino selectivo, mas sim um ensino destinado a todo o povo, um ensino de massas. Quer métodos adaptados às realidades do país, adaptados a cada situação concreta. Quer levar a todo o povo, em todos os recantos do país, mais conhecimentos e os meios de melhor desenvolverem as suas capacidades de trabalho. Desta forma, o povo será ao mesmo tempo sujeito e objecto das transformações sociais.

Quando se fala em sistema formal e não-formal não queremos dizer que os objectivos sejam diferentes. Estes são os mesmos. A forma e a metodologia no processo de acesso à cultura é que são diferentes.

Na orientação do novo ensino será combatida a ideia de fazer alunos urbanos e alunos rurais, para acabar com a tendência de diferenças entre escolas urbanas e escolas rurais e criar um tipo de escola para

formar as crianças para trabalharem no campo ou na cidade, segundo as suas capacidades, inclinações e maneiras de ser. Estas directrizes estão bem explícitas nas palavras do Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral:

«Queremos fazer das nossas crianças, homens e mulheres de amanhã, indivíduos preparados para transformar radicalmente a nossa terra num país moderno totalmente aberto ao progresso. As nossas escolas devem preparar esse homem de amanhã, ensinando-lhe não só a ler, a escrever e a fazer contas, mas também prepará-lo para participar na criação do mundo novo, de trabalho racional, aberto à técnica moderna, às conquistas da Humanidade, para o desenvolvimento da qual ele deve também contribuir».

Sistema formal e não-formal, deserção das crianças do campo para a cidade, escola rural e escola urbana, tudo é um conjunto de problemas, resultado da escola colonial, em que a escola estava divorciada da vida e da comunidade. Ora, um dos objectivos do ensino, agora, quer no sistema formal ou não formal, quer na educação de jovens ou de adultos, quer nas escolas primárias ou secundárias, é ligar a escola à produção. Dentro deste princípio, a escola, nos seus objectivos será uma só e não haverá diferença entre educação formal e educação não-formal, entre escola urbana e escola rural.

De facto, esse será o processo de ver na prática e na realidade o pensamento de Amílcar Cabral:

«Vamos fazer uma geografia humana nova, que estamos a criar na nossa terra. Na realidade do mundo de hoje, há uma África nova que surgiu para a independência, para o progresso».

5. PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

5. 1 O exemplo de países africanos independentes há mais tempo

A evolução da educação no continente africano não pode ser medida unicamente nem mesmo principalmente em termos quantitativos. As numerosas reformas e inovações empreendidas e realizadas em muitos países africanos traduzem uma tomada de consciência muito clara dos problemas. O desenvolvimento da educação foi experimentado na sua ligação não só com o desenvolvimento social e económico, mas também com o meio cultural e particularmente em fun-

ção da vontade de reabilitar a identidade cultural que, durante a dominação colonial, tinha sido abandonada.

Nestes últimos anos, a reforma da educação nos países africanos aparece como procura de um projecto global da sociedade. Esse projecto tem por finalidade preparar o indivíduo para participar na construção da comunidade, inserindo-o no seu meio, adaptando-o à realidade presente e projectando-o para o destino futuro da colectividade nacional e internacional que ele deve ajudar a construir.

Os esforços para melhorar os sistemas escolares existentes implicaram a reforma dos programas, a reorganização dos programas de formação de professores, a mudança das estruturas gerais da escola. Mas a urgência que houve para encontrar uma solução para certos problemas (aumento e diversidade do ensino, perdas dentro do sistema escolar, desemprego dos jovens que terminaram os seus estudos, conteúdo inadequado dos programas e insuficiência de recursos) obrigaram muitos países a procurar inovações ou reformas mais radicais, tanto no ensino tipo institucionalizado como nas actividades pedagógicas extra-escolares.

Em muitos países africanos houve iniciativas que poderão ser um valioso contributo para a estrutura do ensino na República da Guiné-Bissau. São experiências que resultaram e que se coadunam perfeitamente com a orientação seguida no país. Temos, por exemplo, Dohomey com uma *Escola Nova* englobando cooperativas escolares; a Libéria com um programa de *escolas comunitárias*, em que os professores rurais, além da sua tarefa de ensino tradicional, dão instrução de carácter prático na agricultura, na economia doméstica, no artesanato, na animação comunitária.

No Documento apresentado na Conferência dos Ministros de Educação dos Estados Membros da África, em Lagos, em Jan/Fev de 1976, se indicam as razões da forte tendência manifestada em toda a África para mudar de política em assuntos de educação:

(1) «Os sistemas escolares actuais de certos países são muito dispendiosos para se poderem desenvolver. Muitos países não podem alcançar rapidamente a escolarização universal se o sistema escolar se mantiver na mesma»;

(2) «Em muitos casos, o sistema escolar actual não responde às necessidades sociais e profissionais do indivíduo e da colectividade»;

(3) «Muitos sistemas escolares africanos são cópias de modelos importados que não se integram nos costumes e nas maneiras de vida em África».

A Comissão justifica ainda as inovações pelos motivos seguintes: *estender os serviços de educação a uma maior parte da população; conseguir que a educação corresponda melhor e mais directamente às necessidades do desenvolvimento; adaptar a educação e a formação profissional às tradições e às condições de vida em África, assim como aos imperativos de desenvolvimento e progresso futuros do Continente Africano.*

5. 2 Perspectivas da Educação na Guiné-Bissau

O Estado da Guiné-Bissau está consciente de que a Educação é um dos factores fundamentais da evolução dos indivíduos e das sociedades e que os seus efeitos são inumeráveis para o avanço técnico e para a elevação do nível de conhecimentos dos seus cidadãos.

Por isso, o Governo, conhecedor destes princípios, está a fazer um esforço gigantesco no sentido de organizar e estruturar o sistema educacional em todo o país, de forma que a Educação possa responder às exigências políticas, sociais, económicas e culturais da nova sociedade que o PAIGC está empenhado em construir. Estes imperativos exigem uma profunda transformação dos sistemas e sua reestruturação, numa ligação mais estreita com a vida e com as exigências do desenvolvimento comunitário.

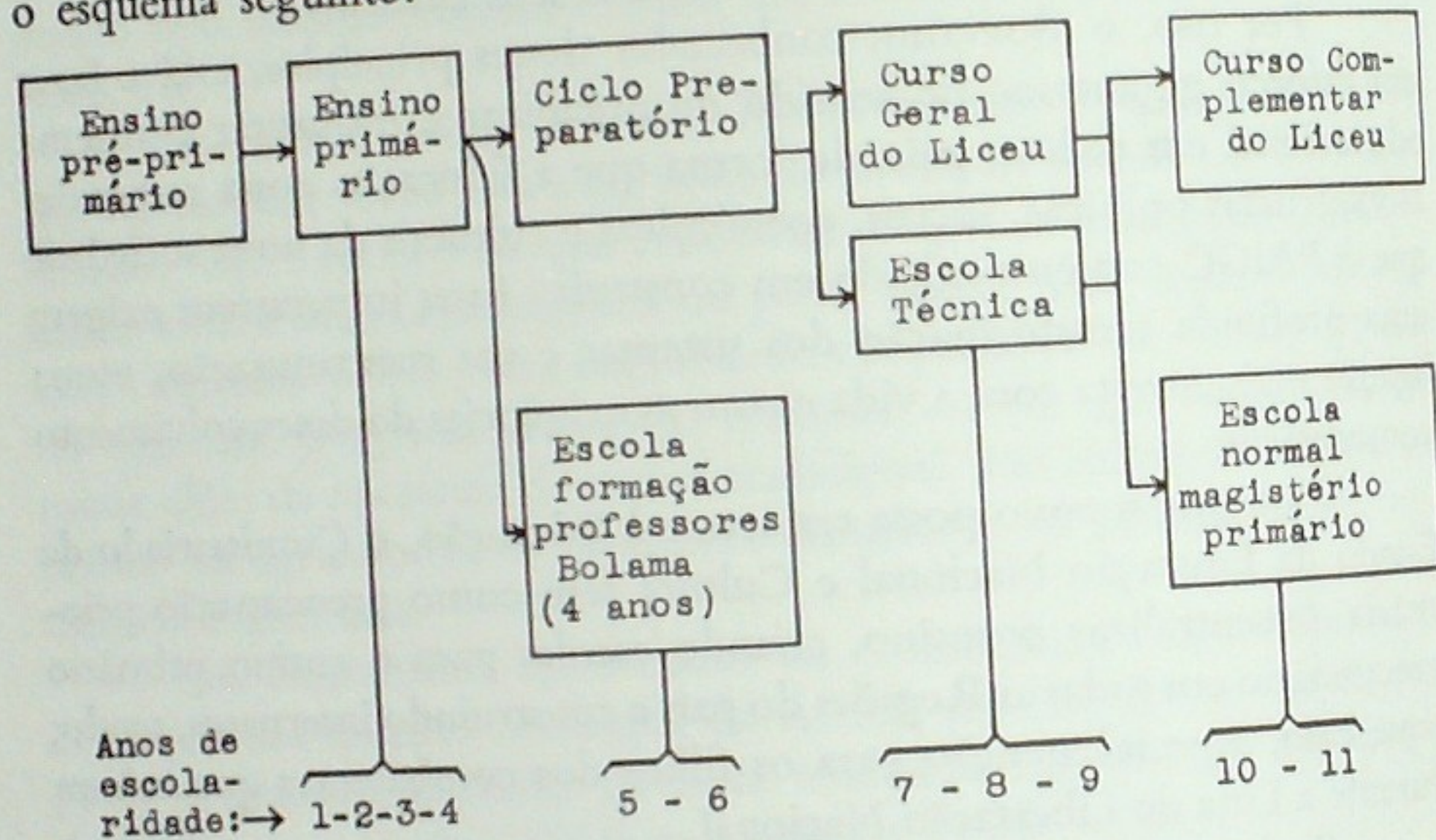
Para que o povo possa ter acesso à Educação, o Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura tem como preocupação prioritária descentralizar o ensino, criando escolas para o ensino primário e secundário em todas as Regiões do país e construindo internatos, tendo, neste caso, especial atenção para os filhos dos combatentes que caíram durante a Luta de Libertação Nacional.

O ano escolar 1975/76 foi designado «Ano 1 de Organização». Apesar do trabalho intenso de todos os departamentos da Educação nos aspectos pedagógico e organizativo, os obstáculos são sempre grandes e difíceis de superar. Há falta de quadros em número e qualidade. Há falta de equipamento, de infra-estruturas, de recursos financeiros. Além disso, não podemos esquecer que um dos sectores da vida nacional da Guiné-Bissau, onde a herança do colonialismo ficou mais marcada, foi no sector educativo. O poder colonial, para as suas intenções e neces-

sidades, tinha instituído um sistema de educação cuja finalidade fundamental era formar agentes necessários ao bom funcionamento do seu poder. Esse tipo de escola colonial apareceu na Guiné como destinado a preparar unicamente para empregos burocráticos e quadros. Não foram tidas em consideração as condições geográficas, físicas e humanas, nem as tradições culturais do povo.

O sistema educativo colonial, muito enraizado nos meios urbanos ainda continua com algumas das suas características, das quais a mais perniciosa é a de que «quem vai à escola não pode procurar trabalho senão nos centros urbanos».

O ensino tornar-se-á universal e gratuito, tanto a nível primário como secundário. Por agora é gratuito o ensino básico (primária e ciclo); mas mais tarde será também o ensino secundário. As modificações vão sendo introduzidas a pouco e pouco. No entanto, durante o ano lectivo 1975/76 esteve ainda a vigorar o sistema antigo, segundo o esquema seguinte:



5.3 A nova estrutura do Comissariado da Educação

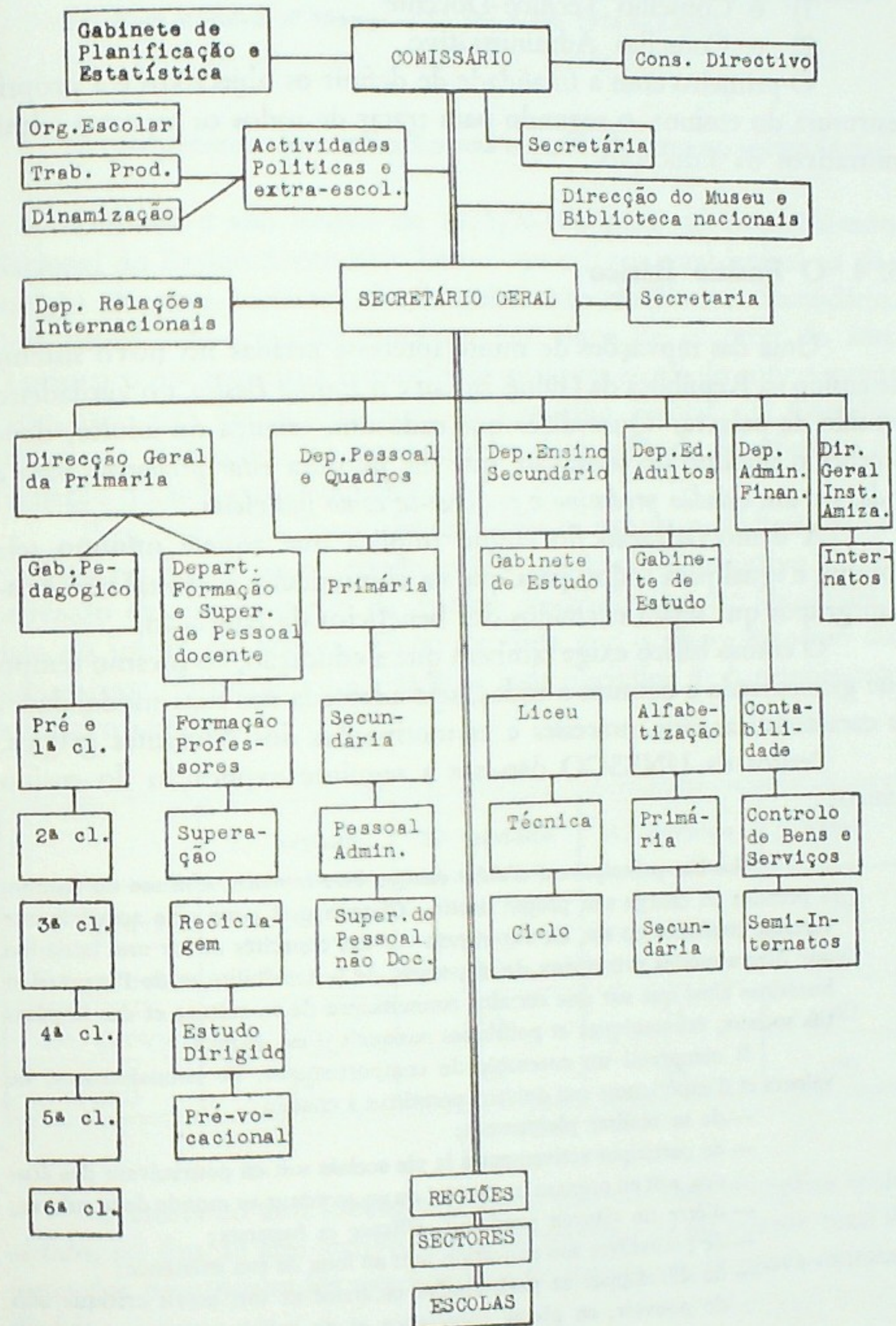
a) Após várias reuniões, em que os responsáveis principais da Educação debateram a necessidade de estruturar e organizar o Comissariado da forma mais funcional, o Comissário de Estado da Educação Nacional e Cultura, Mário Cabral, em Circular do dia 2 de Janeiro de 1976, apresentou as novas estruturas do Comissariado da Educação, conforme o organigrama seguinte:

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

ORGANIGRAMA

do

COMISSARIADO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NACIONAL E CULTURA



b) Em fins de Maio de 1976, reconhecida a necessidade de distinguir o aspecto docente e o aspecto administrativo no Comissariado da Educação, foram criados 2 Conselhos:

- 1) o Conselho Técnico-Docente
- 2) o Conselho Administrativo.

O primeiro com a finalidade de definir os objectivos e a própria estrutura do ensino; o segundo para tratar de todos os aspectos administrativos da Educação.

5. 4 O Ensino Básico

Uma das inovações de muito interesse criadas no novo sistema de ensino na República da Guiné-Bissau é o *Ensino Básico*, no verdadeiro sentido da palavra. Quer dizer que cada um, criança ou adulto, deve receber o mínimo de educação, que lhe permita *estar preparado para a vida, ser um cidadão produtivo e realizar-se como indivíduo*.

A democratização do ensino implica que aquele mínimo seja comum e igual para todos, para que na comunidade nacional não existam grupos que sejam excluídos dos benefícios da educação.

O ensino básico exige também que a educação, ao mesmo tempo que generalizada e comum a todos, seja adaptada nas suas modalidades às características, aos interesses e às motivações dos diferentes grupos.

Peritos da UNESCO dão-nos a seguinte explicação do ensino básico:

«Le but principal est d'aider chaque être humain, homme ou femme, à prendre en charge son propre destin. Chacun doit pour cela acquérir une certaine confiance en soi, en s'appuyant sur des capacités et sur une initiation aux divers modes principaux de la pensée, de la sensibilité et de l'expression humaines ainsi que sur une certaine connaissance de sa culture et des impératifs sociaux, économiques et politiques auxquels il est soumis. ...

Il comprend un ensemble de comportements, de connaissances, de valeurs et d'expériences qui doivent permettre à chacun:

- de se réaliser pleinement;
- de participer activement à la vie sociale soit en poursuivant des études, soit en prenant un emploi ou en accédant au monde de la culture;
- d'être un citoyen productif, efficace et heureux;
- de poursuivre son éducation tout au long de son existence;
- de développer sa personnalité créatrice et son esprit critique afin de pouvoir, en pleine conscience et en collaboration avec autrui,

contribuer à faire progresser l'édification d'une société humaine satisfaisante pour lui-même, sa famille et l'humanité tout entière; — d'accéder à une condition de bien-être physique et de bonne santé».

(Transcrito do Documento da «Conférence des Ministres de l'Éducation des États Membres d'Afrique» — 27 Jan-4 Fev 1976 — Lagos).

5. 5 Novo sistema de avaliação nas escolas do ensino secundário:

Durante o ano lectivo de 1975/76, da parte do Departamento Nacional do Ensino Secundário houve um esforço considerável na elaboração de ante-projectos do Regulamento do Ensino Secundário. Dois desses ante-projectos entraram em vigor no decorrer do ano. O primeiro diz respeito à Direcção de qualquer escola do ensino secundário, que será constituída por: a) Conselho Escolar; b) Conselho Directivo; c) Secções. O segundo trata da frequência dos alunos e da avaliação do seu aproveitamento.

Para esse efeito foram introduzidas as provas periódicas, que se realizam no fim de cada período escolar, tendo como objectivo a comprovação da aprendizagem da matéria desenvolvida e leccionada até à data do início das provas. Ficou decidido que o aproveitamento dos alunos fosse classificado em relação a cada disciplina de harmonia com o quadro seguinte:

	1.º período	2.º período	3.º período	Total
1.ª prova	30			30
2.ª prova	10	20		30
3.ª prova	5	10	25	40
Total	45	30	25	100

Transita ao ano imediato o aluno que em cada disciplina tenha obtido, no fim do ano lectivo, um total mínimo de 60 pontos, total da soma dos pontos obtidos nas 3 provas periódicas ou na prova extraordinária.

A prova extraordinária, com o valor de 100 pontos, só se realiza no fim da última prova periódica e é destinada a determinados casos, como, por exemplo, aos alunos que na soma total dos pontos das 3 provas periódicas alcançam uma soma total entre 50 a 59 pontos.

Vários outros documentos têm sido publicados, sendo de salientar o que estabelece os critérios de acesso aos vários níveis de ensino, o qual deve entrar em vigor no próximo ano lectivo (cf. *NÔ PINTCHA*, n.º 213, de 14 de Agosto).

5. 6 Formação de Quadros e concessão de bolsas de estudo

O Estado, reconhecendo a necessidade da continuidade efectiva de formação de quadros no exterior do país e considerando fundamental para um desenvolvimento sócio-económico harmonioso uma planificação adequada de acordo com as exigências e a realidade do país, publicou um Decreto, que estabelece as medidas a observar-se na formação de quadros a curto, a médio e a longo prazo. (*Decreto N.º 15/76*. Cf. *Boletim Oficial*, n.º 17, de 24 de Abril de 1976).

Os objectivos dessa planificação foram expostos pelo Comissário Principal de Estado, Francisco Mendes, no dia 3 de Maio de 1976, na 3.ª Reunião da Assembleia Nacional Popular:

«Na nossa política de preparação de quadros no plano da Educação, entendemos que é necessário que os futuros quadros correspondam aos interesses do país, para responderem de facto à nossa política de desenvolvimento económico. Não queremos que os nossos quadros só pensem neles. Realmente o país tem necessidade urgente de quadros para se desenvolver; mas, ao contrário do que muitas pessoas pensam, de que só se pode ser útil quando se é doutor ou engenheiro, queremos que os nossos alunos e professores tenham consciência de que a utilidade de um homem tem que se sujeitar aos interesses imediatos do país. Daqui a dez anos podemos precisar de 50 engenheiros, mas actualmente talvez tenhamos mais necessidade de quadros técnicos médios para pormos em prática toda a política económica do nosso país».

Pelas razões acima referidas, a Comissão de Bolsas, para o ano 1976/77, estabeleceu as prioridades segundo a especialidade e as percentagens seguintes:

Professorado			
Agricultura e Veterinária	— 20%	—	62
Saúde	— 12%	—	37
Economia, Administração e Comércio	— 15%	—	47
Cursos técnicos e industriais	— 20%	—	62
Outros: Correios e Telecomunicações, Jornalismo Bibliotecário e Documentalista	— 20%	—	62
Direito	— 8%	—	25
	— 5%	—	15

A Comissão de Bolsas fixou:

60 para Cursos Superiores
150 para Cursos Médios
100 para Cursos Profissionais.

5. 7 Formação e superação de professores

O território da República da Guiné-Bissau, por decisão do Conselho dos Comissários de Estado de 11 de Setembro de 1974, passou a estar administrativamente dividido em 8 Regiões:

- a) Região de Bissau
- b) Região de Cacheu
- c) Região de Oio
- d) Região de Bafatá
- e) Região de Gabú
- f) Região de Tombali
- g) Região de Buba
- h) Região de Bolama

Cada Região está subdividida em Sectores, havendo em todo o território nacional um total de 37 sectores.

Em cada Região, para a Educação, há um Delegado Regional e em cada Sector um Responsável de Sector. A função do Delegado Regional é supervisionar e controlar a execução das directrizes emanadas do Comissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura.

O quadro actual do corpo docente do ensino primário, para uma população escolar de cerca de 80 mil alunos, é constituído por 2 168 professores, dos quais:

- 4% são professores primários diplomados;
- 31% são professores de posto;
- 65% são monitores escolares.

A maioria, portanto, é constituída por monitores escolares que, como formação de base, apenas têm a 4.^a classe, acrescida de algumas semanas de informação pedagógica e participação em alguns estágios. Por isso, os seus conhecimentos gerais são fracos como são rudimentares as suas técnicas didácticas e pedagógicas, constituindo assim um sério obstáculo a qualquer transformação ou reforma a introduzir no ensino.

Por esses motivos, um dos trabalhos importantes que se impõe neste momento ao Commissariado de Educação é superar essas dificuldades e melhorar o nível político, didáctico e pedagógico dos agentes de ensino primário, em particular, dos monitores escolares. Isso exige que se façam cursos intensivos nos períodos das férias e que haja continuidade durante o ano com a formação permanente.

A fim de preparar quadros para o ensino primário, foi criado em Cói (Sector de Bula — Região de Cacheu) uma *Escola de Superação de Professores* (ESCOLA MÁXIMO GORKY), que entrou em funcionamento em princípios de 1976. O curso terá a duração de 3 anos e a capacidade da Escola é para 100 alunos.

Também foram constituídas *Comissões de estudo* em cada centro escolar (reunindo 3 ou 4 escolas) e compostas por 10 a 12 professores. O Commissariado da Educação pensa também formar *Animadores pedagógicos*, oferecendo assim a todos os professores primários de todos os níveis a possibilidade dum promoção cultural e profissional, no processo de trabalho.

5.8 A educação de adultos e o movimento de alfabetização

Durante o período colonial, o analfabetismo atingiu cerca de 99%. Actualmente, dos 800 mil habitantes na Guiné-Bissau, cerca de 90% vivem nas zonas rurais, as zonas mais produtivas da riqueza nacional que, por enquanto, se encontra quase só no campo.

O Governo vem pensando no processo de combater a ignorância, o medo, o analfabetismo e está empenhado em formar socialmente o povo, para que este possa participar mais activamente nas tarefas da reconstrução nacional.

A educação do povo é um factor de desenvolvimento. Por isso, a educação de massas deve ser dada a toda a população: crianças, jovens e adultos. É preciso também que essa educação mobilize todos os recursos da comunidade e que não seja concebida como uma educação de segunda ordem, oferecida a título de favor aos grupos mais favorecidos.

Para concretizar estas ideias, o Commissariado da Educação criou um Departamento de Educação de Adultos (Alfabetização), em cujos trabalhos de metodologia e de organização tem tido a contribuição do prof. Paulo Freire e da Equipa do IDAC (Instituto de Acção Cultural).

Em Dezembro de 1975, foi criada a *Comissão Nacional de Alfabetização*, com vista a apoiar todas as actividades da alfabetização e a desencadear, no fim do ano escolar (1975/76), um grande movimento por todas as regiões do País.

Nesta Comissão Nacional, além do Commissariado de Estado da Educação Nacional e Cultura, responsável pelos aspectos pedagógico e organizativo do movimento, foram incluídos os Commissariados das FARP, da Agricultura, da Saúde e Assuntos Sociais, da Informação e da Administração Interna, e também os Organismos de Massas, da JAAC, os Sindicatos e a Organização das Mulheres.

Cada um dos Commissariados e Organismos acima mencionados darão o seu apoio dentro do seu campo de acção.

6. OS RECURSOS DO PAÍS E A EDUCAÇÃO

6.1 Considerações gerais

Na tarefa gigantesca de transformar todo o ensino e o sistema educativo, de rever os objectivos da educação, de estudar os fins a alcançar e de encontrar as orientações certas a tomar, é evidente que o Governo tem de ter em conta a realidade económica do país. Ora a realidade económica, porém, é o fruto do trabalho de um povo cujo principal meio de vida é a agricultura.

Amílcar Cabral escreveu com toda a verdade:

«Somos atrasados economicamente, sem desenvolvimento nenhum. Não há indústria a sério, a agricultura é atrasada, a nossa agricultura é do tempo dos nossos avós. As riquezas da nossa terra foram tiradas, sobretudo, do trabalho do homem. Os colonialistas não fizeram nada para desenvolver qualquer riqueza da nossa terra, absolutamente nada. Portanto, a nossa realidade económica é essa. Somos um povo cujo principal meio de vida é a agricultura».

Perante essa realidade, como ir buscar meios para aumentar, pelo menos para o dobro, nos próximos anos, o número de escolas, de professores, de material escolar indispensável, etc.? Eis um problema grande que se põe de momento, mas que o Governo da Nação quer enfrentar com audácia e confiança.

Durante a luta de libertação nacional, foi sempre um princípio certo «*avançar seguros na realidade, com os pés fincados no chão*». O Fundador da Nacionalidade, Amílcar Cabral, disse:

«Conhecer bem as nossas próprias forças, ter em cada momento uma consciência perfeita das coisas que podemos fazer. Avaliar bem as nossas possibilidades, agir sempre de acordo com essas possibilidades e fazer tudo para melhorar as nossas forças e a nossa capacidade. Nunca fazer menos do que podemos e devemos fazer, mas não pretender, em nenhum caso, fazer coisas que realmente não estamos ainda em condições de fazer.

Criar escolas, mas ter em conta as possibilidades reais de que dispomos, para evitar que depois tenhamos de fechar algumas escolas por falta de meios».

O país, essencialmente agrícola, não dispõe de recursos suficientes, quer no aspecto técnico quer financeiro, para pôr em prática e levar a cabo os planos que tem em vista, em especial, planos a curto prazo.

No sector da Educação, numerosos são os factores que devem ser considerados: os recursos do país, os custos dos materiais de construção, a evolução dos efectivos escolares, a percentagem da população em idade escolar, a preparação de quadros suficientes, a elaboração e impressão de livros escolares e de outro material didáctico, etc.

São do Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, as seguintes palavras, proferidas na sessão de abertura da 3.ª Reunião da Assembleia Nacional Popular:

«A Educação Nacional é a coisa que estamos a fazer com mais ousadia, porque estamos a fazer uma educação que nos custa o dinheiro que não temos, levando-nos a pensar em cada mês como é que arranharemos meios para aguen-

tar todas as escolas que criamos, com os 85 mil alunos, com mais de dois mil professores espalhados por toda a nossa terra, com uma percentagem superior a 10% da população escolarizada, percentagem essa que foi atingida só por alguns países africanos que fizeram esforços consideráveis na Educação».

6. 2 O Orçamento do País para a Educação

(1) *Breve análise:* (em milhares de contos)

- a) produto nacional bruto (receita): 473, 14
- b) orçamento geral de despesas: 1 126, 13

(2) *Orçamento para a Educação:*

a) *Pessoal*

Direcção nacional	— 9,1
Direcções regionais	— 2,2
Professores das escolas secundárias	— 33,8
Professores das escolas primárias	— 105,7
Professores das escolas de formação	— 3,6
Outros	— 5,0

b) *Material e equipamento*

Direcção Nacional	— 6,9
Direcções regionais	— 0,75
Escolas secundárias	— 2,15
Escolas primárias	— 1,95
Escolas de formação	— 1,0
	172,15

c) *Diversos* — 2,85

d) *Internatos* — 15,00

190,00

(Cerca de 6,6 milhões de dollars US)

(3) *Em conclusão:*

- Cerca de 18% do orçamento da Nação é destinado à Educação;
- a despesa no ensino por habitante é de 225,00 Pesos;
- a despesa por aluno é de 2 000,00 PG;
- o produto nacional *per capita* é de 600,00 PG;
- a despesa por indivíduo sobe para 1 500,00 PG.

O país precisa de produzir duas vezes mais para equilibrar a sua economia interna ou então reduzir para um terço as suas despesas. A segunda hipótese não é solução.

Para a solução destes problemas impõe-se encontrar uma proporção entre o total das despesas e das receitas nacionais, entrando pelo caminho da produção.

Dum modo geral, em todos os países, as despesas para a Educação aumentaram em valor absoluto. Muitos países africanos preferiram reduzir as matrículas para encontrar uma melhoria qualitativa.

Não há dúvida de que o País ainda está longe de dispor dos meios que lhe permitam avançar rapidamente no sector da educação. Dar instrução a todas as crianças, instalar e equipar escolas para todos, são tarefas que exigem muito tempo e muitos recursos.

Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado, disse na sessão de abertura da 3.^a Reunião da Assembleia Nacional Popular:

«Faremos todos os sacrifícios, todos os esforços que forem necessários para levarmos a educação para a frente, para melhorarmos cada vez mais o nosso trabalho de ensino e elevarmos cada dia mais o seu nível, para podermos ser um povo culto, um povo que de facto conhece onde estão o bem e o mal, onde estão a verdade e a mentira, onde está o seu progresso, para poder ser capaz de defender os seus verdadeiros interesses».

7. COOPERAÇÃO E AUXÍLIOS INTERNACIONAIS

O P. A. I. G. C., pela maneira como organizou a luta de libertação, como a desenrolou durante quinze anos e como conseguiu a independência total para a Guiné e Cabo Verde, ganhou nome e ganhou justa fama em todo o mundo.

Alcançada a independência total, a República da Guiné-Bissau atraíu as atenções de muitos povos que imediatamente se prontificaram a dar a sua contribuição para o desenvolvimento do país, nesta fase de reconstrução nacional. Por sua parte, a Guiné-Bissau abriu as portas a todos os países amigos que de boa vontade e sem compromissos queriam ajudar a jovem Nação.

Na verdade, nesta fase de reconstrução em que se encontra, o país, para o seu desenvolvimento e progresso, conta com as suas forças, mas precisa de auxílios e de quadros técnicos de outros países.

Se, por um lado houve o retraimento de alguns, por outro lado muitos têm sido os países estrangeiros que têm enviado delegações dos seus governos a Bissau, a fim de estudarem *in loco* e em contactos com os respectivos Comissariados de Estado as possibilidades de cooperação e de ajuda.

No sector da Educação, de uns países têm vindo professores e técnicos, de outros ajudas em material escolar e em equipamento didáctico-pedagógico.

A França, por exemplo, por intermédio da sua Embaixada na República da Guiné-Bissau, criou o «*Centre de Coopération pédagogique*», equipado com um laboratório de línguas com 24 cabines e 3 salas de aulas, equipadas com material pedagógico moderno, que podem ser ocupadas por 18 alunos de cada vez. O objectivo do Centro é ensinar, com um método moderno, a língua francesa aos guineenses, no seu próprio país, facilitando assim a formação de quadros docentes. O Centro começou a funcionar no dia 15 de Julho de 1976.

A cooperação de Portugal concretizou-se, no campo da educação, principalmente com a vinda de professores. Durante o ano lectivo de 1974/75 trabalharam na República da Guiné-Bissau 72 professores cooperantes portugueses, tendo iniciado o seu trabalho em princípios de Fevereiro de 1975. No ano de 1975/76 vieram 83 professores, a maior parte para o ensino secundário.

Dentro do programa de cooperação com Portugal, devemos ainda salientar a acção do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial), que, no espaço de dois anos, enviou já por 4 vezes equipas de professores metodólogos e de técnicos para orientar estágios com professores.

Entre os Organismos Internacionais mais representativos na República da Guiné-Bissau, no campo da Educação, temos:

— a *PNUD* (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que tem o seu representante em Bissau, para tratar de todos os aspectos de ajuda das Nações Unidas à República da Guiné-Bissau;

— a *UNESCO* (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) tem enviado delegações e tem elaborado projectos, que, no entanto, não se têm concretizado;

— a *UNHCR* (Haut Commissariat des Nations-Unies pour les Réfugiés) também tem o seu representante em Bissau e tem posto em prática o seu plano de auxílio com a construção de 2 escolas;

— a *UNICEF* (United Nations Children's Fund), também com o seu representante em Bissau, é a Organização Internacional que na prática mais tem ajudado o Comissariado de Educação;

— a *SIDA* (Swedish International Development Agency) da Suécia, tem contribuído com grandes auxílios, concretizados em construção de escolas e no envio de material escolar e de meios de transporte para a Educação.

Outros Organismos como a *COE* (Conselho Ecuménico das Igrejas) da Suíça, a *SUCO* (Service Universitaire Canadien Outre-Mer) do Canadá, a *FIEU* (Fonds International d'Echanges Universitaires) da Suíça, e mais alguns outros, têm-se empenhado em ajudar o país da forma mais prática também.

Infelizmente, o país não dispõe de infra-estruturas suficientes e com capacidades, em particular no sector da construção, para dar andamento imediato a alguns projectos que Organizações Internacionais e alguns países se propõem financiar.

A propósito de cooperação, o Comissário Principal de Estado, Francisco Mendes, na última sessão da 3.^a Reunião da Assembleia Nacional Popular, disse:

«Estamos abertos à colaboração com todos os países do mundo, mas sem permitirmos ingerências nos assuntos internos do nosso país. Estamos com os braços abertos para recebermos todo aquele que quer vir trabalhar nesta terra, para nos ajudar a desenvolvê-la, pois a nossa tarefa é bem pesada».

Bissau, 30 de Agosto de 1976

Raimundo Lulo, o Colégio de Miramar e Portugal

por

J. M. da Cruz Pontes

É uma figura romanesca, este Raimundo Lulo, viajador de mil aventuras, teólogo, filósofo, poeta e místico, nascido nos fins de 1232 ou princípios do ano seguinte em Palma de Maiorca, onde também haveria de morrer, provavelmente em Janeiro de 1316.

Não longe de Palma de Maiorca, entre Valldemosa e Deià, em frente mesmo das paredes erguidas onde foi no século XIII o Colégio de Miramar, reuniu-se em Outubro de 1976 o Segundo Congresso Internacional de Lulismo, para celebrar o sétimo centenário decorrido sobre o dia 17 de Outubro de 1276. Nessa data, foi em Viterbo assinada uma bula pontifícia que confirmava a erecção do Colégio de Miramar, assim se satisfazendo um anseio há muito alimentado por Lulo ⁽¹⁾.

Raimundo Lulo, ou Lúlio, ou ainda Ramon Llull, conforme o catalão da sua origem, é nome não estranho para alguns curiosos da história da ciência, pela razão de lhe andarem atribuídos certos escritos sobre alquimia. Está averiguado que tais obras lhe não pertencem. A mais antiga delas é o *Testamentum*, redigido em Ingle-

⁽¹⁾ Sobre este II Congresso Internacional de Lulismo publicámos uma crónica na revista *Didaskalia*, VII, 1 (1977), 209-214.